



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681305 - PE (2021/0226081-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : WAGNER BEZERRA DE MELO
ADVOGADO : WAGNER BEZERRA DE MELO - PE037829
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ANA PAULA LINS FERREIRA (PRESO)
CORRÉU : PAULO FERNANDES GOMES
CORRÉU : LUCINALDA LINS FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANA PAULA LINS FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0001433-40.2021.8.17.9480).

A paciente teve a prisão preventiva decretada, em razão da suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 171, 180, *caput*, 297, 298 e 304, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta inexistir motivação contemporânea e idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Nesse sentido, afirma que o fundamento utilizado pelo Tribunal, relativo ao estado de fuga, não pode servir de mote à decretação da preventiva, tendo em vista que a paciente não fora sequer citada na ação penal, e nunca se furtou a responder o processo.

Salienta, ainda, que as circunstâncias judiciais contemporâneas são favoráveis à paciente, motivo pelo qual a sua liberdade não possui o condão de ofender à ordem pública, tampouco prejudicar a instrução criminal.

Ao fim, salienta que o relaxamento da prisão deve ser concedido com base na Recomendação CNJ n. 62/2020, considerando o grave risco da segregação na atual fase de pandemia pela Covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura, com ou sem a imposição de cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal de origem rechaçou a tese de extemporaneidade do decreto preventivo, bem como a alegação de que as condições pessoais da paciente favoreceriam à sua revogação, conforme se denota do seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fl. 32)

Ora, a paciente, segundo consta nas informações prestadas pela autoridade coatora (Id.16370661), ainda não foi capturada, mantendo-se incólume a

fundamentação da prisão preventiva por motivo da fuga, como restou declinado no aresto supra.

Quanto à alegada extemporaneidade, haja vista a decisão que determinou a prisão cautelar datar de 26/09/2019, não subsiste o argumento do impetrante. O requisito da contemporaneidade da prisão cautelar não é aferido apenas em relação à data em que foi determinada a medida, sendo esta de menor relevância, ainda que se tenham passado anos, se na atualidade, no momento em que tiver de ser cumprida a medida, subsistem os motivos que fundamentaram a decisão, como no caso em exame.

Segundo consta da petição inicial, a paciente deseja se apresentar, desde que tenha sua prisão preventiva revogada ou substituída por medida cautelar diversa da prisão, impondo-se a conclusão de que ainda se encontra foragida, subsistindo, portanto, o motivo que fundamentou a sua prisão cautelar, não havendo que se falar em extemporaneidade da medida.

Por outro lado, seja pela impetração do presente writ, seja pela apresentação de requerimento de revogação de prisão, perante o juízo a quo, torna-se inequívoco o conhecimento da paciente acerca da ação penal contra si movida, fato que desconstitui suas afirmações em sentido contrário e demonstram o seu intento de se furtar à instrução criminal e à futura aplicação da lei, o que reforça a necessidade de manutenção da prisão cautelar.

Também se mostram inverídicas as alegadas condições pessoais favoráveis da paciente, posto que nos autos do processo originário, conforme juntada da autoridade coatora, consta que a paciente já respondeu a processo criminal anterior, o que faz cair por terra este argumento levantado pelo impetrante.

Considerando, desse modo, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fl. 32):

No tocante ao pedido de concessão de liberdade provisória com base na Recomendação nº62/2020 do CNJ, vejo que melhor sorte não assiste à paciente.

O impetrante alega que a paciente faria jus à

substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, com fulcro na Recomendação nº 62/2020 do CNJ, para evitar eventuais riscos de contaminação por Covid-19 em ambiente carcerário. Entretanto, não foi juntado qualquer documento médico a estes autos que pudesse evidenciar que ela é portadora de alguma moléstia grave ou que estivesse dependendo de tratamento médico urgente, o qual não lhe pudesse ser disponibilizado no ambiente carcerário. Muito pelo contrário, pois conforme as informações prestadas pelo juízo a quo (Id. 16370661) a ré, ora paciente, continua foragida e, com esta impetração, busca se socorrer contra eventual risco de contaminação em ambiente carcerário ao qual sequer fora ainda exposta e por estado de saúde do qual nem ao menos fez prova. Trata-se, evidentemente, de pleito que não merece acolhimento

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência